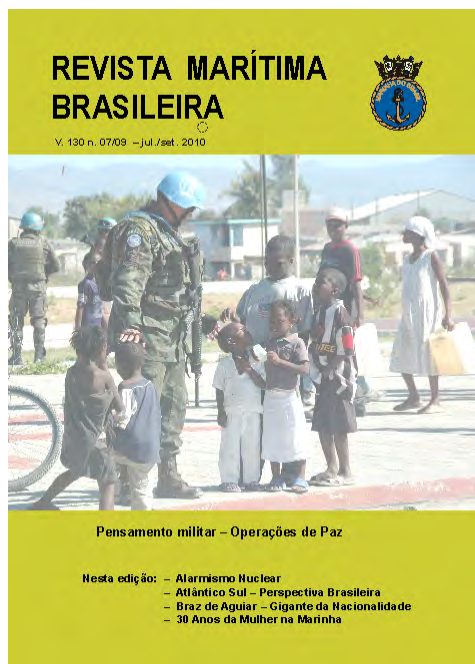




AS OPERAÇÕES DE PAZ, O ERRO DE DESCARTES E OS PRESSUPOSTOS DO IMAGINÁRIO DE CASTORIADIS

ALVARO AUGUSTO DIAS **MONTEIRO**
Almirante de Esquadra (FN)

SUMÁRIO

Introdução
Uma ligeira digressão
As operações de paz

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma adaptação de uma conferência que proferi no encerramento do Seminário Europe and Latin America in Peace Operations: Comparative Perspectives and Practices, realizado na Pontifícia Universida-

de Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), nos dias 14 e 15 de abril de 2010.

Como um dos propósitos do seminário era o de estabelecer laços entre os militares e a Academia, julguei que não deveria abordar tema estritamente técnico, relacionado à doutrina ou aos procedimentos do emprego

militar. Melhor faria se abordasse algo comum aos militares, executantes por excelência das operações de paz, e aos civis da Academia, estudiosos e intelectualmente interessados nessas operações e que, por sua vez, também, são executantes, na medida em que delas participam, por intermédio das diversas agências e organizações civis que atuam nas operações de paz.

Assim, na busca do tema a comentar, optei por uma abordagem mais ampla, mais superficial do que detalhada, com o intuito de, no tempo destinado à conferência, ser capaz de trazer à ponderação dos participantes do seminário algumas influências que, a meu ver, as operações de paz estão trazendo ao pensamento militar. Por isso o tema: “As operações de paz, o erro de Descartes e os pressupostos do imaginário de Castoriadis”.

Embora esse tema tenha mais pompa que circunstância, mais título que conteúdo, decidi abordá-lo porque julgo interessantes as influências das operações de paz sobre o pensamento militar, particularmente os impactos que as novas modalidades de operações de paz, denominadas robustas, com certeza trarão a esse pensamento¹.

Uma dessas influências incide no erro de Descartes, expressão que “roubei” do título de um dos livros de Antonio Damásio, em que este renomado neurobiólogo aborda a emoção, a razão e o cérebro humano.

Talvez, no caso militar, o erro não tenha sido propriamente de Descartes, mas da equivocada generalização que o pensamen-

to militar cometeu ao aplicar seu método dedutivo, racional, baseado no rigor da evidência e na precisão da lógica matemática para encontrar soluções para quaisquer problemas militares, a despeito de suas diferentes naturezas.

Subordinando-se incondicionalmente ao racionalismo cartesiano, o pensamento militar parece ter abandonado completamente qualquer sentido de intuição, embora ele mesmo, Descartes, tenha atribuído o *insight* que resultou no desenvolvimento de seu método a uma intuição, a uma revelação da natureza que cria, mas que não foi criada.

De tal forma assimilamos o método de Descartes que nos tornamos talvez uma de suas maiores expressões. Somos, os militares, por definição, cartesianos; somos reconhecidamente dotados de mentalidade

**Somos, os militares, por
definição, cartesianos;
somos reconhecidamente
dotados de mentalidade
cartesiana**

cartesiana.

A submissão ao rigor intelectual de Descartes, que, de certo modo, privilegia o método em detrimento do talento, certamente contribuiu para as interpretações e aplicações equivocadas de suas ideias ao pensamento militar, cuja total e irrestrita obediência aos ditames doutrinários cristalizou-se com o passar do tempo, transformando o estamento militar em uma instituição doutrinariamente dogmática, plena de verdades consideradas absolutas. Uma instituição que, como toda instituição dogmática, muitas vezes define ela própria, para si mesma, tanto novas maneiras de responder às suas necessidades como novas necessidades, enquadrando-se no

¹ Operações de paz ditas “robustas” seriam operações de paz complexas e críticas, como aquelas que se destinariam à proteção de civis “sob ameaça iminente de violência física”, nas quais há limitado, ou nenhum, consentimento dos partidos no terreno e em que o uso do armamento não estaria restrito à proteção individual do combatente e sim, também, ao efetivo cumprimento da missão.

modelo de sociedade, no sentido de organização, tão criticado por Castoriadis.

Já me encontro, portanto, no terreno perigoso de Castoriadis e seu imaginário social. Imaginário que para ele, Castoriadis, não é imagem e sim criação. Sendo que o essencial da criação não é a descoberta do que já existe, mesmo que ainda seja desconhecido, muito menos o mero desenvolvimento ou a evolução do que já existe.

Para Castoriadis, criação é a constituição do novo, é o rompimento com parâmetros e paradigmas institucionais para alcançar um novo patamar de atuação. Processo que ele viveu, não sem angústia, quando rompeu com o marxismo. Rompimento que justificou como uma decisão, da qual não pôde fugir, “entre a fidelidade a uma doutrina que há muito tempo já não estimula nem uma reflexão nem uma ação e a fidelidade ao projeto de uma transformação radical da sociedade”.²

Este pensamento síntese de Castoriadis está, de certo modo, refletido também com muita clareza e, por que não, com idêntica angústia nas já notórias palavras do Major-General Fuzileiro Naval James Mattis, comandante da 1ª Divisão de Marines (Fuzileiros Navais dos Estados Unidos), durante a invasão do Iraque

em 2003, quando, ao planejar o emprego de sua Divisão na Fase IV da Guerra – Fase de Estabilização –, que estava prestes a se iniciar, inconformado com a postura de alguns comandantes que se escudavam inflexivelmente em preceitos e princípios doutrinários para nortear suas ações, declarou: “A doutrina é o último refúgio dos sem imaginação”.³

A doutrina não pode ser considerada um dogma; portanto, imutável, inflexível, rígida. Ela não deve cercear a iniciativa, ela não pode justificar a inação.

O racionalismo cartesiano da supremacia do pensar, da absoluta supremacia da razão, não pode, de modo algum, anular por completo o sentir, não pode anular o intuir

Ainda que para muitos, principalmente para estudiosos e analistas militares da América do Sul, as operações no Iraque e no Afeganistão não devam ser enquadradas como operações de paz (embora todos os palestrantes europeus do seminário as considerassem como tal), é forçoso, pelo menos, constatar que as condicionantes daqueles ambientes operacionais não diferem muito das que se espera encontrar nas operações de paz futuras, ditas robustas pelo menos no que

concerne à sua natureza, embora possam diferir no grau de intensidade.

São justamente essas operações (Afeganistão e Iraque) que, atualmente, estão sendo em cheque o pensamento militar e sua doutrina de emprego, previamente estabelecida para atuação nesses cenários, que não tem conseguido responder, como se esperava, ao ambiente operacional que condiciona essas

² Castoriadis. *A Instituição Imaginária da Sociedade*, página 25.

³ Esta frase do General James Mattis logo se tornou notória e vem sendo frequentemente citada. Uma boa visão do contexto em que foi pronunciada pode ser obtida no *paper* preparado por Frank G. Hoffman para o Foreign Policy Research Institute, em 2006, possível de ser acessado no sítio <http://www.fpri.org/books/Hoffman>. Changing Tyres on the Fly. The Marines and Postconflict Stability Ops.

operações. Para tanto, para fazer face adequadamente às ameaças ali presentes, o pensamento militar deve não apenas evoluir, mas sim, como ensina Castoriadis, romper com a linearidade cartesiana para formular outros patamares, outros modelos de atuação.

A doutrina não pode ser considerada um dogma; portanto, imutável, inflexível, rígida. Ela não deve cercear a iniciativa, ela não pode justificar a inação.

O racionalismo cartesiano da supremacia do pensar, da absoluta supremacia da razão, não pode, de modo algum, anular por completo o sentir, não pode anular o intuir.

Não foi outro o propósito do General Petraeus ao divulgar sua nova doutrina de enfrentamento. Em síntese, essa doutrina é uma tentativa de romper com a inflexível aplicação do modelo convencional de combate a um ambiente não convencional, em que as ameaças existentes (e são terríveis!) são, ou estão, difusas.

Penso, portanto, que as novas operações de paz vão levar-nos ao resgate de uma concepção de ação militar, outrora mais comum, caracterizada pela supremacia da manobra sobre o fogo, do combatente sobre o técnico, do existir sobre o pensar, do sensível sobre o inteligível.

UMA LIGEIRA DIGRESSÃO

As guerras, as ações militares, em suma, sempre foram conduzidas apoiando-se em dois pilares: a arte da guerra e a ciência (a tecnologia) da guerra.

A arte da guerra clama pelo combatente, enquanto a ciência da guerra, pelo técnico. A arte da guerra é a expressão do que é sensível, a ciência da guerra do que é inteligível.

O combatente, como ser sensível, é o protagonista da manobra, enquanto o técnico, com base no que é inteligível, busca o desenvolvimento do armamento, das munições, enfim, dos sistemas de armas; busca o aprimoramento da acurácia do seu emprego, o aumento letal de seus efeitos, em um conjunto de ações e medidas que neste artigo vou sintetizar como o fogo. Manobra e fogo compõem, portanto, as ações militares.

Embora avanços tecnológicos, por mais simples que hoje possam parecer, tenham interferido na arte da guerra, introduzindo novos procedimentos e técnicas, a manobra sempre preponderou sobre o fogo. Sempre se aplicou o fogo para facilitar a manobra.

Ninguém talvez tenha elevado tão alto a

A arte da guerra clama pelo combatente, enquanto a ciência da guerra, pelo técnico. A arte da guerra é a expressão do que é sensível, a ciência da guerra do que é inteligível

arte da guerra quanto Napoleão, que privilegiava sobremaneira a manobra. Quanto melhor a manobra, menos combate. Houve situações em que o simples perceber da manobra francesa levou as tropas oponentes à rendição, como ocorreu com os austríacos em Ulm (1805); quan-

do não se renderam, foram destruídas, como aconteceu com os prussianos em Jena (1806).

Após sua fragorosa derrota para Napoleão, na Batalha de Jena, a Prússia iniciou a reestruturação do seu Exército, tarefa que, inicialmente, ficou a cargo de dois generais: Scharnhorst e Gneisenau.

Em meados do século XIX, Bismarck, na condução da unificação da Alemanha, sob a liderança da Prússia, em que sobremaneira exaltou o espírito nacionalista alemão, logo percebeu que a consecução do seu projeto não seria possível sem a derrota militar da Áustria, o que demandaria um Exército poderoso.

Todavia, como era tradição que os príncipes, particularmente os filhos do imperador, fossem designados para comandar os exércitos prussianos, foi necessário criar um *staff* capaz de assessorar os príncipes em suas decisões quanto ao emprego das tropas que comandavam, dando origem, assim, ao Estado-Maior, organização consagrada posteriormente em todas as forças armadas do mundo, particularmente após as retumbantes vitórias prussianas contra a Áustria, em 1866 (Königgrätz), e a França, em 1871 (Sedan).

É interessante registrar que o Estado-Maior Geral alemão e sua respectiva Escola de Estado-Maior, paradigma de todos os demais, adquiriu tanta notoriedade que uma cláusula do Tratado de Versailles, assinado ao final da Primeira Guerra Mundial, determinava sua extinção.

Os estados-maiores passaram a adotar como modelo para a solução dos problemas militares o método cartesiano, que, em síntese, parte do princípio que todo problema pode ser decomposto em suas partes mais simples, as quais, estudadas detalhadamente de *per si*, levam a uma solução global para o problema. Com a irrestrita obediência ao princípio da evidência, o método de Descartes procura conferir uma abordagem precisa, rigorosa, quase matemática, a todos os aspectos humanos.

Em decorrência do impacto das grandes inovações tecnológicas provenientes da revolução industrial, tais como o fuzil de

retrocarga, a artilharia de retrocarga, a metralhadora, os sistemas de comunicação a fio e, particularmente, o trem, que passou a possibilitar o deslocamento de grandes efetivos, antes inimagináveis, para as frentes de combate, a matematização da guerra foi, então, questão de tempo.

Desse modo, no limiar da Primeira Guerra Mundial, o combatente, o ser pensante e a manobra tinham sido completamente dominados pelo inteligível, pelo técnico e pelo fogo. A equação invertera-se: ao invés de se empregar o fogo para facilitar a manobra, manobrava-se para oferecer melhores condições para aplicação do fogo,

principalmente o de artilharia, chegando-se ao paradoxo dos movimentos da infantaria serem limitados pela extensão dos fios de comunicação da artilharia de campanha.

A guerra, ou melhor,

sua percepção tornara-se uma questão matemática, como procuraram demonstrar as famosas equações de Lanchester, publicadas em 1916. A guerra passara a ser mera questão de superioridade de efetivos, como deixa transparecer Lanchester em uma de suas equações, na qual o resultado de uma batalha estaria na razão direta do quadrado dos efetivos empregados (Lei dos Quadrados de Lanchester).⁴

Nesse contexto, não causa espécie que, em 1916, o General Von Falkenhain, comandante do Exército alemão, apoiando-se no fato de possuir maiores efetivos mobiliza-

**Ultrapassado o limiar
nuclear, não havia mais
lugar para a manobra, tudo
seria resolvido pelo fogo**

⁴ A Lei dos Quadrados de Lanchester estabelece que o poder combativo de uma força é resultante do produto do quadrado dos efetivos empregados pelo coeficiente de eficácia da força (um coeficiente decorrente de vários aspectos, tais como: treinamento, armamento, cultura militar etc.). Assim, sempre será mais fácil incrementar-se o poder combativo de uma força pelo aumento de seu efetivo (valor que é elevado ao quadrado) do que pelo aumento de seu coeficiente de eficácia. Ainda hoje se encontram muitas aplicações das Leis de Lanchester na doutrina militar. A razão de 3×1 entre o atacante e o defensor talvez seja a mais famosa delas.

dos e considerando que a França defenderia Verdun até o fim, pelo simbolismo histórico daquela localidade, tenha decidido “sangrar” a França em Verdun até a última gota de sangue.

Em nove meses de luta, 770 mil mortos de ambos os lados. Perdas incomensuráveis e inaceitáveis, só superadas por outra bestialidade humana: a Batalha do Somme, também em 1916. Em cinco meses de lutas, 1 milhão e 200 mil baixas, 76.710 mortos somente no primeiro dia dos combates, o fatídico dia 1º de julho de 1916.

O ser humano, inteiramente desprovido de sua condição humana, passara a ser contabilizado como se fosse mero item do inventário militar.

A Segunda Guerra Mundial, embora nela não tenha havido tanta imobilização nas frentes de combate, terminou sob total domínio do fogo, representado pelos cogumelos atômicos de Hiroshima e Nagasaki.

A própria decisão de lançar as bombas atômicas resultou, em última instância, de uma razão entre perdas. Para conquistar o Japão, previa-se um total de 10 milhões de baixas americanas; então, que morressem uns tantos milhões de japoneses e, de preferência, nenhum americano.

Ultrapassado o limiar nuclear, não havia mais lugar para a manobra, tudo seria resolvido pelo fogo. O técnico e o inteligível passaram a dominar integralmente o pensamento militar.

A estatística, a pesquisa operacional e a análise matemática substituíram a arte do general – a estratégia –, como se fosse pos-

sível reduzir o intangível a uma simples questão matemática, como se fosse possível “modelar” a alma humana.

Sob a batuta desses princípios matemáticos, os americanos travaram a Guerra do Vietnã, na qual, em regra geral, a estatística e a razão entre perdas passaram a guiar as operações militares.

A derrota americana no Vietnã permitiu que pensadores militares como Boyd, Lind e Friedman, posteriormente denominados “os reformadores”, tentassem romper com esse modelo de atuação militar, condicionado pelo rigoroso planejamento detalhado e cuidadoso, pela tentativa de se prever

todas as ações, com pouca ou nenhuma margem de erro, pela busca do monitoramento e controle de todas as ações, independentemente do escalão considerado, fato que o avanço tecnológico das comunicações passara a possibilitar.

A tentativa de romper com a linearidade do pensamento militar cartesiano, com a mudança do paradigma de

comando, que segundo Van Creveld passaria a ser exercido por influência, em que as ações correntes e a iniciativa dos comandantes de campo indicariam a linha de ação a adotar, ao invés de ser exercido por meio de planos e ordens de operação resultantes de rigorosos planejamentos prévios que permitem pouca flexibilidade, esbarrou, contudo, no avassalador avanço da tecnologia que levou ao movimento denominado “revolução dos assuntos militares”.

Esta é uma revolução que, no entanto, não se enquadra exatamente no tipo de que

A estatística, a pesquisa operacional e a análise matemática substituíram a arte do general – a estratégia –, como se fosse possível reduzir o intangível a uma simples questão matemática, como se fosse possível “modelar” a alma humana

nos fala Castoriadis, pois se trata basicamente de uma evolução, embora substancial, do pensamento militar dominante, e não efetivamente do rompimento com esse pensamento, uma vez que a revolução dos assuntos militares está quase que inteiramente focada na tecnologia e nos seus impactos na doutrina militar, e não nos aspectos menos tangíveis da arte da guerra.

A revolução dos assuntos militares conduz, em todos os níveis, ao aumento do controle e do monitoramento sobre as ações dos escalões mais inferiores, inclusive das ações dos próprios soldados, que assim se veem cerceados em suas iniciativas individuais, uma vez que, constantemente supervisionados pelos escalões mais elevados, habituem-se a aguardar as decisões vindas desses escalões. Perdem, assim, a sua já limitada autonomia e habituem-se à falta de iniciativa individual.

Acentua-se, portanto, e drasticamente, a separação estabelecida por Descartes entre o “corpo pensante”, a *res cogitans*, que nas instituições militares seria representada pelo corpo de oficiais, do “corpo não pensante”, a *res extensa*, representada pelo corpo de praças, cuja formação é eminentemente técnica, na qual não há preocupação em oferecer-lhes (às praças) uma consciência de sociedade, uma consciência cultural, ferramentas que lhes possibilitariam discernir, que lhes possibilitariam agir com propriedade.

Essa situação agrava-se na medida em que, diante das possibilidades oferecidas pelos extraordinários avanços nos sistemas de comunicações, cada vez mais os altos escalões controlam as ações dos escalões inferiores, inclusive as ações dos oficiais que comandam esses escalões, estabelecendo a fronteira entre a *res cogitans* e a *res extensa*, não mais entre oficiais e praças e sim entre os escalões de comando mais elevados e os escalões táticos, que são, efetivamente, os executores das ações militares.

Raciocinando por absurdo, poderíamos chegar à seguinte conclusão: na medida em que cada vez mais os altos escalões passam a controlar as ações, o corpo pensante tende a zero, e o corpo não pensante ao infinito.

Ao analisar as instituições, Castoriadis também se refere às divisões, às separações que lhes são inerentes. Todavia, não em termos de *res cogitans* e *res extensa* e sim entre os que ordenam e os que obedecem.

Dentre as iniciativas que integram a revolução dos assuntos militares, penso que a concepção de guerra centrada em redes tende a restringir o grupo dos que ordenam aos altos escalões.

Como a iniciativa normalmente pertence a quem ordena, esses escalões mais elevados, por não se encontrarem fisicamente no cenário da ação, embora possam visualizá-lo, dissociam-se de suas condicionantes factuais. Decidem com base nas incontáveis informações que chegam, e que chegam em números tais que impossibilitam seu correto processamento, o que os leva a decidir com base em dados distorcidos ou equivocados.

AS OPERAÇÕES DE PAZ

É contra essas tendências que as operações de paz contrapõem-se, e o fazem por diversos fatores.

Primeiro, porque alijam grande parte da tecnologia representada pelos sofisticados sistemas de armas que, em princípio, não são autorizadas nas operações de paz, nas quais os capacetes azuis contam apenas com seu armamento individual para defesa própria.

Segundo, porque normalmente as operações de paz desenvolvem-se em centros urbanos de toda ordem, os quais, por sinal, a doutrina militar convencional considera como obstáculos a evitar pelas dificuldades que trazem ao controle das operações, em virtude da descentralização que impõem à tropa, obrigando à pulverização das organizações táticas bási-

cas, que se veem forçadas a operar, na maioria das vezes, em pequenas frações, atuando isoladamente. Embora as comunicações tenham chegado ao nível individual, ao nível do soldado, a pulverização dessas frações sobremaneira dificulta (em certas circunstâncias impede) o efetivo controle de sua atuação pelos escalões mais elevados.

Por fim, e talvez por mais importante, as operações de paz requerem dos militares, ou porque eles são os primeiros a chegar à área de operações ou porque, devido a questões de segurança, só eles chegam em certas áreas, a execução de um sem-número de tarefas e atividades, tanto no campo cívico-social como no da reconstrução de infraestrutura, que, de modo algum, relacionam-se com o emprego militar. Essas atividades obrigam os militares a interagir, sem estarem convenientemente preparados para tal, com diversos e dife-

rentes atores, inclusive com agências e organizações civis que atuam nos cenários das operações de paz, as quais nem sempre veem com bons olhos a atuação militar. Muitas possuem regulamentos e normas que proíbem qualquer contato ou até mesmo qualquer ajuda do setor militar, a fim de não perderem sua isenção, sua imparcialidade.

Ora, em qualquer sistema a quantidade de interações é aproximadamente igual à metade do quadrado do número de atores envolvidos, o que torna o ambiente operacional de uma operação de paz emi-

nentemente incerto. Se o ambiente operacional é incerto, os sistemas nele envolvidos são não lineares, são sistemas adaptativos complexos, que, por definição, não podem ser controlados, embora possam sofrer algum grau de interferência.

Nesses ambientes, a abordagem cartesiana, própria para sistemas lineares, não encontra espaço para aplicação plena.

A abordagem desses ambientes de incerteza requer a flexibilização da rigidez de ideias, das atitudes e dos comportamentos

fundamentados em modelos tradicionais e em ensinamentos doutrinários dogmáticos. A abordagem desses ambientes deve pausar-se também, e obrigatoriamente, na autonomia individual, pois, nesses ambientes incertos, a ação individual entrelaça-se com todo o sistema.

A clássica divisão do pensamento militar cartesiano entre os níveis de emprego tático,

operacional e estratégico torna-se difusa; às vezes, inexistente, pois a ação equivocada de um simples soldado pode ter implicações estratégicas que comprometam não só a operação de paz em curso, mas a própria instituição que patrocina a operação.

Esta é uma preocupação que a própria Organização das Nações Unidas (ONU) já manifestou no seu documento, denominado New Horizon,⁵ sobre as operações de paz futuras, em que identifica claramente esses ambientes de incerteza e ressalta que tais incertezas, presentes no cumprimento

Se o ambiente operacional é incerto, os sistemas nele envolvidos são não lineares, são sistemas adaptativos complexos, que, por definição, não podem ser controlados, embora possam sofrer algum grau de interferência

⁵ “A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon For UN Peacekeeping” é um documento oficial da ONU, lançado em 2009, o qual, simplificada e denominada de “New Horizon”, vem sendo considerado o documento norteador das futuras operações de paz.

das missões de paz, tendem a multiplicar-se quando a força de paz é constituída por estrangeiros que não falam o idioma local, que não conhecem os hábitos, a cultura e os costumes da população que pretendem proteger, ou, se os conhecem, é apenas muito superficialmente.

As incertezas tendem a multiplicar-se também se os motivos para a presença da força de paz não estão inteiramente claros ou perfeitamente compreendidos. Ou, o que é pior, se há desconfiças quanto à real intenção da presença da tropa no país considerado.

Esta é uma situação que se torna ainda mais crítica à medida que as operações de paz não mais signifiquem a mera interposição de forças entre dois partidos antagônicos que aceitam essa mediação, que concordam que a força interposta supervise a paz ou o armistício assinado, como ocorreu na primeira operação de paz da ONU, em 1948, entre árabes e israelenses.

As operações de paz que se avizinham serão robustas, multidimensionais, terão outros propósitos principais, inclusive o de proteger populações civis, ameaçadas ou atacadas por grupos armados.

Nessas circunstâncias, muito provavelmente com alguma frequência, os capacetes azuis terão que recorrer ao emprego de seu armamento não com o propósito de proteger-se, mas com o intuito de assegurar o cumprimento da missão para a qual forem designados. Situação que poderá ensejar, inclusive, o emprego de armamento mais pesado. Como ressalta o documento *New Horizon*: “No nível tático uma abordagem robusta significa que os contingentes podem ser obrigados a usar força em defesa do Mandato”.⁶

Nesse contexto é relevante considerar que as forças de paz tudo devem fazer para assegurar que o armamento empregado destina-se a garantir a segurança e o bem-estar da popu-

lação do país hospedeiro e que as forças de paz são a garantia de seu bem-estar e da tranquilidade da população, que não seriam alcançados sem a presença das forças de paz.

Essa é uma recomendação que leva a profunda reflexão, pois constitui meta de muito difícil consecução, particularmente quando a operação de paz dura além do previsto, sem alcançar os propósitos de estabilidade política e social, de fortalecimento das instituições e instâncias estatais, de melhoria da infraestrutura para os quais foi estabelecida.

Não se pode esquecer que, com o passar do tempo, os capacetes azuis, por mais amistosos que sejam, assumem conotação de tropa de ocupação, uma vez que tropa estrangeira será sempre tropa estrangeira, por mais afinidade que se obtenha com a população local. Os procedimentos doutrinários adotados pela força de paz para sua própria segurança, o ostensivo portar do armamento diante da população, a prioridade para seus deslocamentos, o deslocar de suas viaturas blindadas que, por si só, já conotam certa agressividade, tudo leva à degradação do seu ambiente operacional, aumentando significativamente a possibilidade e a probabilidade de conflitos com a população que pretendem proteger, gerando distúrbios e inquietudes, facilmente manipuladas por grupos com interesses antagônicos.

Nesses ambientes operacionais, parece óbvio que o excessivo, desproporcional ou desnecessário emprego da força para a manutenção da ordem pública claramente trará consequências negativas. Mas, por outro lado, pareceria tão óbvio que a inabilidade, a excessiva aversão ao risco que impede a ação, mesmo que necessária ou requerida, poderá igualmente causar iguais danos negativos?

Ora, estamos diante de um tênue estado de equilíbrio, diante de um dilema, no qual

⁶ *New Horizon*, seção III. A Robust Approach to Peacekeeping.

o acerto da decisão torna-se crucial para o sucesso da própria operação de paz.

Mas a quem caberá tomar essa decisão?

Na maioria das vezes, provavelmente, ao cabo ou ao sargento, pois, em decorrência do emprego descentralizado das forças de paz, normalmente são eles, os cabos e os sargentos, que lideram as frações táticas desdobradas nas diversas patrulhas ou nos pontos fortes. Sem terem tempo suficiente para submeter suas intenções aos escalões superiores, são obrigados a decidir, em ambientes de extrema tensão, se devem ou não (e em que nível de violência) empregar seu armamento.

Cabe aqui uma questão: os atuais modelos de treinamento das forças de paz preparam os graduados para decidir com propriedade? Levam essas circunstâncias em conta? Talvez não, uma vez que não há como o militar decidir com propriedade sem que lhe seja conferida autonomia.

A autonomia é a condição básica para que se possa conviver com riscos e com incertezas, para que se possa atuar em ambientes complexos nos quais a quantidade de possíveis interações é imensa, nos quais é impossível prever todas as circunstâncias intervenientes e muito menos controlá-las. Ensino que a embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas, com muita propriedade assinalou: “Líderes no terreno são responsáveis por sucessos

e fracassos. Ao mesmo tempo, eles devem ter **autonomia** para implementar os mandatos da missão de acordo com sua experiência e conhecimento (grifo meu)”.⁷

Normalmente, o treinamento dos militares que se preparam para integrar contingentes que serão empregados em operações de paz concentra-se em aspectos técnicos, em procedimentos de conduta individual e em noções genéricas sobre hábitos, tradições e cultura locais, que são, contudo, insuficientes para assegurar-lhes o embasamento cultural adequado.

Mesmo em relação aos oficiais, durante sua formação muito pouco lhes é formalmente apresentado sobre as instâncias paradigmáticas do ser, sobre as instâncias paradigmáticas da sensibilidade do ser.

Literatura, arte, poesia e música, com raras exceções, não integram os currículos das escolas de formação de oficiais e praças,

que, desta forma, não conseguem desenvolver uma competência cultural que os permita lidar convenientemente com os aspectos humanos dos conflitos presentes nas operações de paz. A formação de nossos oficiais e praças está excessivamente lastrada na tecnologia e nos seus desdobramentos, o que nos torna autocráticos, críticos, controladores, excessivamente centralizadores e, sobremaneira, orientados para a execução de tarefas, portanto focados mais nos aspectos específicos do que na visão geral do conflito.

É necessário, pelo menos, equilibrar o conhecimento do sensível com o conhecimento do inteligível, a fim de possibilitar que o militar seja capaz de reconhecer e definir o limite de sua própria autonomia

⁷ Discurso proferido pela embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop no Debate-Geral da Comissão Especial de Operações de Paz, Assembleia-Geral – IV Comitê, Nova York, em 22 de fevereiro de 2010.

Obviamente, refiro-me às Forças Armadas brasileiras, embora se eu generalizar talvez não cometa um equívoco muito grande, uma vez que a significativa maioria dos países contribuintes de forças de paz segue semelhante padrão de adestramento.

A tomada de decisão em ambientes complexos, incertos e competitivos, nos quais vontades antagônicas se fazem presentes, impõe que os militares empregados nesses ambientes tenham autonomia.

Porém, como nos alerta Castoriadis, a condição fundamental para a autonomia é a possibilidade de questionar tradições; algo que, por definição, exclui todas as sociedades fundamentadas em sistemas fechados de princípios doutrinários, em verdades consagradas, dentre as quais, sem dúvida, enquadram-se as instituições militares.

Assim, se é absolutamente necessário conferir ao soldado mais autonomia, faz-se necessário também que a instituição aceite pelo menos algum grau de questionamento de seus dogmas doutrinários. Não se trata simplesmente de descumprir normas e preceitos doutrinários, mas sim de poder debatê-los, de poder analisá-los, embora obedecendo-lhes.

Por outro lado, para que tais questionamentos não sejam levianos ou inconsequentes, para que o soldado possa questionar com algum grau de razoabilidade, é indispensável oferecer-lhe mais cultura, mais conhecimento. É necessário, pelo menos, equilibrar o conhecimento do sensível com o conhecimento do inteligível, a fim de possibilitar que o militar seja capaz de reconhecer e definir o limite de sua própria autonomia.

Pois, como apontou Castoriadis, o indivíduo não é separável de sua sociedade, a qual cria seu próprio significado, cria sua própria estrutura. Nesse sentido, o militar, o soldado, precisa ser tanto autônomo como capaz de conviver e integrar-se harmoniosamente na sua instituição, o que, penso, só será possível mediante uma mudança no enfoque de sua formação militar, que deverá deixar de ser primordialmente voltada para a tecnologia para focar-se também nos aspectos humanos e intelectuais da guerra.

Há necessidade, portanto, de alterações na formação, no preparo e no treinamento

dos militares a serem empregados em missões de paz. Alterações que começam muito antes de eles serem selecionados para tais missões.

Sem dúvida, o alvo primeiro dessa transformação deve ser o Corpo de Praças, cuja formação, como já resaltei, não só é emi-

nentemente técnica como restrita aos níveis técnicos das funções que normalmente irão desempenhar, sem maiores preocupações com o estímulo à reflexão e ao discernimento. Mudança que também, ainda que em menor grau, deve ser estendida à formação dos oficiais, cuja base acadêmica terá que encontrar um equilíbrio entre as ciências exatas e as ciências humanas.

Ora, esta transformação da instituição militar, tão necessária para a adequada condução das operações de paz robustas que se avizinham, fascina e amedronta; talvez mais amedronte que fascine.

Fascina pela busca de novas capacidades, fascina pelo desafio de identificar quais novas capacidades serão capazes de pro-

A formação militar deverá deixar de ser primordialmente voltada para a tecnologia para focar-se também nos aspectos humanos e intelectuais da guerra



porcionar ao soldado o discernimento e a autonomia que dele se esperam.

Por outro lado, amedronta pela necessidade, talvez, de romper com as atuais estruturas de ensino e treinamento de que tanto nos orgulhamos. Nunca é demais lembrar que, normalmente, nossas escolas gostam de ensinar somente aquilo que objetivamente podem avaliar.

Amedronta porque as Forças Armadas não existem para

realizar operações de paz; elas existem para

o cumprimento de seu dever constitucional de defesa e manutenção da soberania plena da Pátria, da preservação e garantia dos interesses nacionais diante de ameaças, externas ou internas, decorrentes dos diferentes conflitos inerentes à conjuntura internacional.

Uma conjuntura na qual o estado moderno, como concebido após Westfália, tornou-se

pequeno para enfrentar as grandes questões

As Forças Armadas não existem para realizar operações de paz; elas existem para o cumprimento de seu dever constitucional de defesa e manutenção da soberania plena da Pátria, da preservação e garantia dos interesses nacionais diante de ameaças externas ou internas

globais, o que o obriga a coligar-se ou integrar-se regionalmente em blocos – e não se pode perder de vista que integração traz, necessariamente, conflitos de interesse. Por outro lado, os blocos regionais assim formados tornam-se grandes demais para resolver os problemas das comunidades que passam a englobar, o que, por sua vez, também pode gerar conflitos, embora de diferentes vieses.

Amedronta porque não sabemos se, ao prepararmos adequadamente nossas tropas para emprego em operações de paz, as estaremos preparando também para as operações militares ditas convencionais. Ou será que, à medida que as operações de paz se robustecem e o uso da força torna-se mais previsível, os treinamentos para ambas as operações se assemelham?

Amedronta porque teremos que corrigir o pseudoerro de Descartes e eliminar, ou atenuar significativamente, a separação, o fosso hoje existente entre oficiais e praças, integrando todos em um mesmo corpo pensante.

Amedronta porque não sabemos se nós, militares, seremos capazes de identificar e de introduzir as alterações necessárias na forma como os planejamentos das operações de paz deverão ser conduzidos, de modo que aspectos culturais tenham peso preponderante no

cumprimento da missão e não apenas uma função acessória, pois, como ressalta Castoriadis, é necessário que se compreenda primeiro aquilo que se quer transformar.

Julgo que nesse aspecto reside o valor maior do encontro entre os militares e a Academia. Encontro que, atualmente, vem sendo insistentemente buscado por esses dois atores em todos os países atualmente envolvidos com operações de paz, independentemente de suas diferentes naturezas. Encontro que enseja a perfeita compreensão das possibilidades e limitações das instituições militares e civis que participam das operações de paz, cujo sucesso não pode prescindir da ação coordenada e do entendimento mútuo desses dois vetores.

Nós – o vetor militar – e a Academia, as agências e as organizações não governamentais – o vetor civil – das operações de paz precisamos identificar os pontos de contato entre as funções militares e as funções civis, a fim de fortalecê-los, ao invés de apartá-los, pois, como nos lembra Castoriadis, o modo como as sociedades são organizadas impede que seus integrantes possam ver que as coisas podem ser diferentes.

Nós, militares, certamente não constituímos a exceção dessa regra...

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES> Pensamento militar; Doutrina; Estratégia; Estudo; Arte da guerra;

BIBLIOGRAFIA

- Castoriadis, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Editora Paz e Terra.
- Czerwinski, Tom. *Coping With The Bounds. Speculations on Nonlinearity in Military Affairs*. National Defense University Washington, DC.
- Damásio, António R. *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e o Cérebro Humano*. Companhia de Letras.
- Van Creveld Martin. *Command In War*. Harvard University Press.
- Waldrop, M. Mitchel. *Complexity – The Emerging Science at the Edge of Order and Chaos*. Touchstone.



REVISTA



MARITIMA BRASILEIRA

A SEGUNDA REVISTA MAIS ANTIGA DO MUNDO

Preço de 8 vells. 1880/000

A Revista Marítima Brasileira completou 159 anos em

1.º de março de 2010. Fundada em 1851 pelo

Primeiro Tenente Sabino Elói Pessoa,

foi a segunda revista mais antiga do mundo

a tratar de assuntos marítimos e navais.

Conforme os registros obtidos, a Rússia foi o primeiro

país a lançar uma revista marítima,

a Morskoii Sbornik, (1848).

Depois vieram:

Brasil – Revista Marítima Brasileira (1851),

França – Revue Maritime (1866),

Itália – Rivista Marittima (1868),

Portugal – Anais do Clube Militar Naval (1870),

Estados Unidos – U.S. Naval Institute Proceedings (1873)

República Argentina – Boletín Del Centro Naval (1882).